

**Orçamento do Estado**

Que Justiça em 2014?

O Orçamento do Estado para 2014 prevê novos cortes nas verbas atribuídas à Justiça. Que consequências terá esta dieta orçamental no funcionamento do sistema? E na economia? Advogados de três sociedades dão a sua opinião.

O Ministério da Justiça vai entrar em dieta financeira no próximo ano por via da aprovação de um Orçamento do Estado que prevê cortes expressivos. Corresponde mesmo, como recorda o sócio da ABBC Luís Filipe Carvalho, “ao mais baixo dos montantes da última década, com uma diferença considerável para o valor médio dos anos mais recentes”. Perante isto, o sistema será – diz o advogado – confrontado com “problemas sérios de funcionamento”, “aumentando o fosso entre a capacidade de resposta do sistema e as necessidades dos cidadãos e das empresas”. Também a sócia da Abreu Advogados Natália Garcia Alves entende que as dificuldades que se vêm já sentido tenderão a agravar-se e não será tarefa fácil incrementar a eficácia do sistema judiciário, na sua amplitude maior, quando o mesmo sofrerá cortes muito significativos que podem comprometer a implementação de medidas já programadas. Por sua vez, a responsável pelo Departamento de Direito Fiscal da SRS Advogados, Paula Rosado Pereira, chama a atenção para o impacto na economia: “Poderá duvidar-se que muitos agentes económicos hesitem em realizar investimentos significativos num país onde não é raro uma questão jurídica ou tributária arrastar-se nos tribunais perto de uma dezena de anos, às vezes até mais, até cabal resolução?”.

